

OS PRIMEIROS TEATROS DE SÃO PAULO

OLIVEIRA RIBEIRO NETO

A primeira manifestação teatral em São Paulo, e provavelmente no Brasil, deu-se cêrca de 1565 em São Vicente, onde se representou o *Auto da Pregação Universal*, de José de Anchieta, que teve a fôrça de conter no céu a tempestade que ameaçava cair, como conta o próprio santo taumaturgo. Entretanto, apesar de quase certa essa data, o sr. Henrique Marinho, no seu livro *O Teatro Brasileiro*, baseando-se na crônica do Padre Simão de Vasconcelos relativa à vida do Padre Manoel da Nóbrega, afirma que o ano daquela representação foi o de 1570, que é a data da crônica. Não nos parece convincente essa conclusão, pois o texto de Simão de Vasconcelos diz apenas que, àquela época, o *Auto da Pregação Universal* já fôra introduzido na catequese dos índios, por ordem de Nóbrega, sem afirmar desde quando a peça de Anchieta começara a desempenhar a sua função de catequese. Se em 1570 já estava firme o costume da representação dêsse auto na véspera do Jubileu do Dia de Jesus, evidentemente êsse costume vinha de anos atrás.

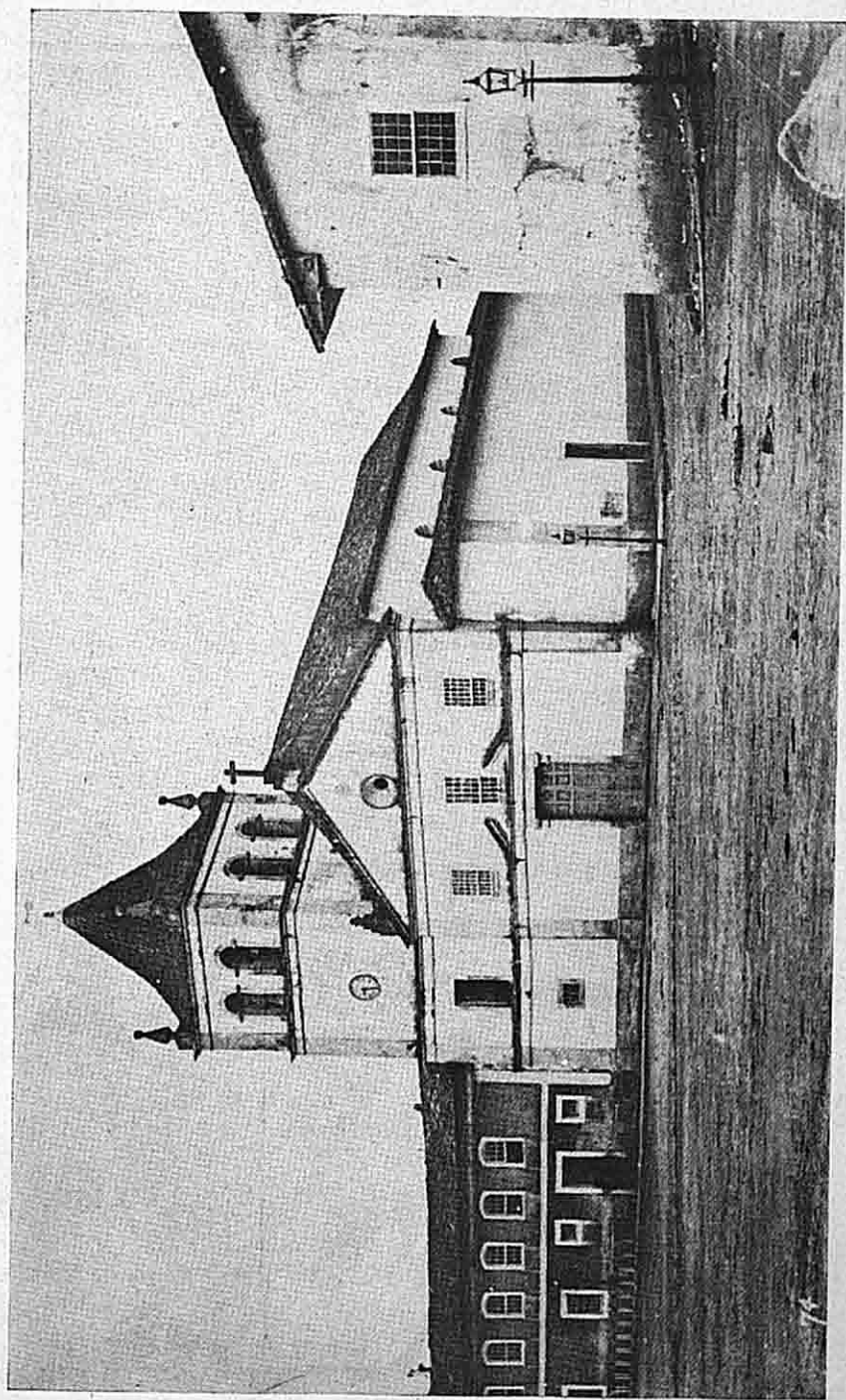
Seria o teatro em que fôra representado o mistério, como aquêle outro da aldeia de São Lourenço, em Niterói, armado de improviso pelo santo apóstolo canarino, no terreiro da igreja, tendo a um lado o camarote dos padres da Companhia, adornado de folhagens, painéis e objetos litúrgicos. O palco era um tablado, ou talvez alguma elevação natural do terreno, cercado de festões vegetais, forrado de folhagens e trepadeiras, tendo duas cortinas de damasco vermelho como pano de bôca. Ao fundo, num compartimento de reserva, atrás de alguma parede, ficavam os personagens, para não serem vistos antes pelos espectadores, — não se lhes fôsse tirar a surpresa da representação! — pois nos autos de Anchieta entravam santos e demônios, personagens cristãos e pagãos, heróis índios e seres fabulosos das florestas brasileiras.

Enquanto se travavam os diálogos entre os santos e os diabos, apareciam em cena, em quadros vivos, figuras mudas, animais de lenda, personagens alegóricos. Os Santos eram sempre seguidos de anjos iluminados. Assim, aos olhos da indiarada e dos simples colonos, era preciso guardar a surpresa dessas aparições, para não se lhes tirar o valor, e, apesar das crônicas não referirem, pode a nossa imaginação formar o quadro exato daquele palco, com a modesta e incipiente cenografia permitida pelo meio e pela época neste recanto selvagem do mundo.

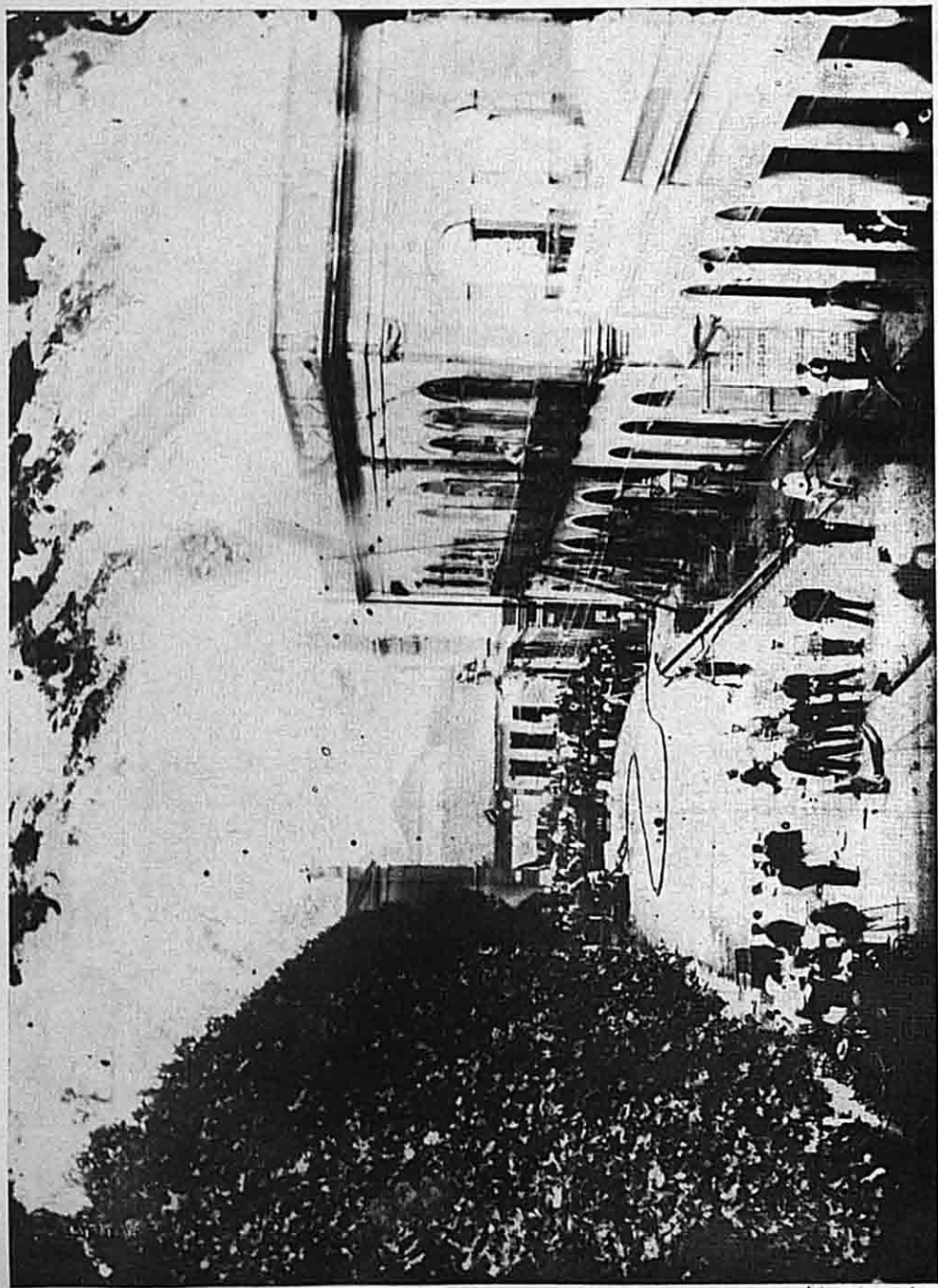
Criado para despertar o interesse dos índios e dos primeiros colonos, dando-lhes lições de moral e de religião, o auto jesuítico provavelmente foi representado logo depois em São Paulo, em frente à Igreja do Colégio, no pátio fronteiro à pequena edificação de pau-a-pique de apenas catorze palmos, que era ao mesmo tempo morada dos padres, escola, hospital e igreja. Não eram necessários cenários, na época desusados até mesmo nos teatros, o ambiente de livre moral dos índios e colonos era aqui o mesmo que em São Vicente, e Anchieta, que estava sempre lá ou aqui, não perderia a oportunidade de apresentar aos seus catecúmenos piratinínganos a aula prática teatral que tanto despertara a atenção dos vicentinos.

Em fins do 1500, a população de São Paulo não chegava a seiscentos habitantes e, naturalmente, não havia meios de se poder manter aqui um teatro. Só em meados do século XVIII, em 1762, já com algumas mil almas, incluindo os índios e escravos negros, São Paulo cogitou de montar o seu teatro, como dão notícia os cronistas da época, imaginando-se instalar uma Casa da Ópera, à maneira dos teatros do Reino. Eram os autores da idéia o capitão José Dias Cerqueira, Luís Lopes Coutinho e Pedro Luís Seixas, e o local escolhido foi um casarão sito à rua de São Bento, no trecho entre o largo da Igreja do mesmo nome e o largo do Rosário, já então situado no local da atual praça Antônio Prado, (pois a igreja do Rosário dos Homens Pretos, ali construída, estivera até o princípio do século XVIII perto da Misericórdia, na rua do Rosário, hoje Álvares Penteado). O aluguel da casa, ao que se conta, foi contratado com o proprietário João Dias pela então alta importância de seiscentos e quarenta réis mensais.

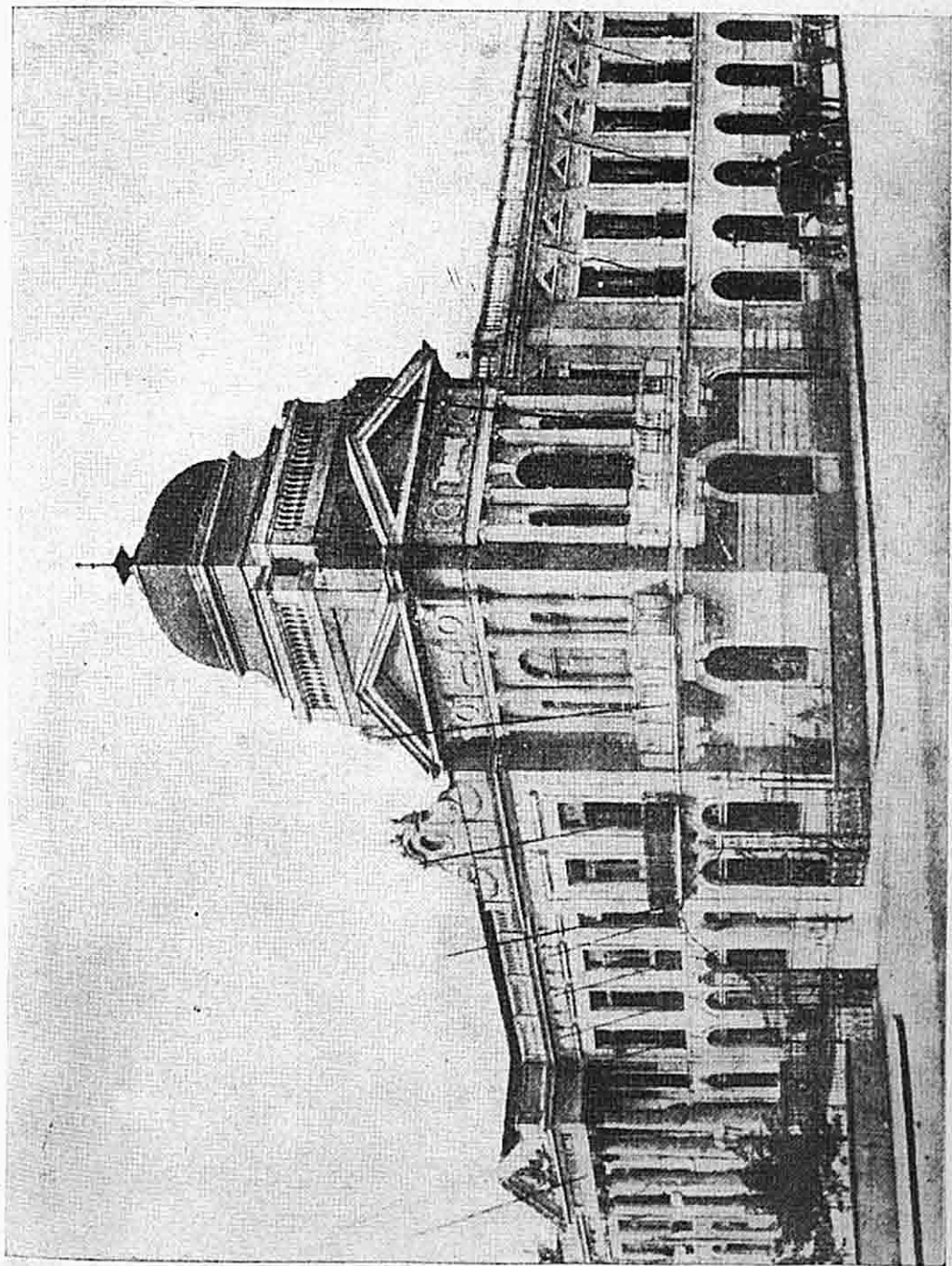
Mas quem é que disse que o teatro iria funcionar? Encontrado o prédio apropriado, contratado o aluguel, pediram os sonhadores empresários a necessária licença à Câmara Municipal de São Paulo, para o funcionamento da sua casa de espetáculos. A essa época, já o Norte do Brasil estava muito adiantado e as cidades grandes como o Recife e a Bahia luxavam tanto ou mais que Lisboa, no dizer de Fernão Cardim e outros cronistas da época, mas o Reino via com ciúmes esse luxo e fazia o possível para que o povo da colônia não se instruisse, para poder mantê-lo pacífico e obediente. Naturalmente por esse motivo, os camaristas de São Paulo de 1763, querendo agradar aos potentados, logo viram no Teatro da Ópera, que se projetava criar na cidade, um elemento de cultura que representava um perigo para o poder real, pelos maus exemplos que o povo podia aprender. E reunidos resolveram os camaristas passar um mandado para "o



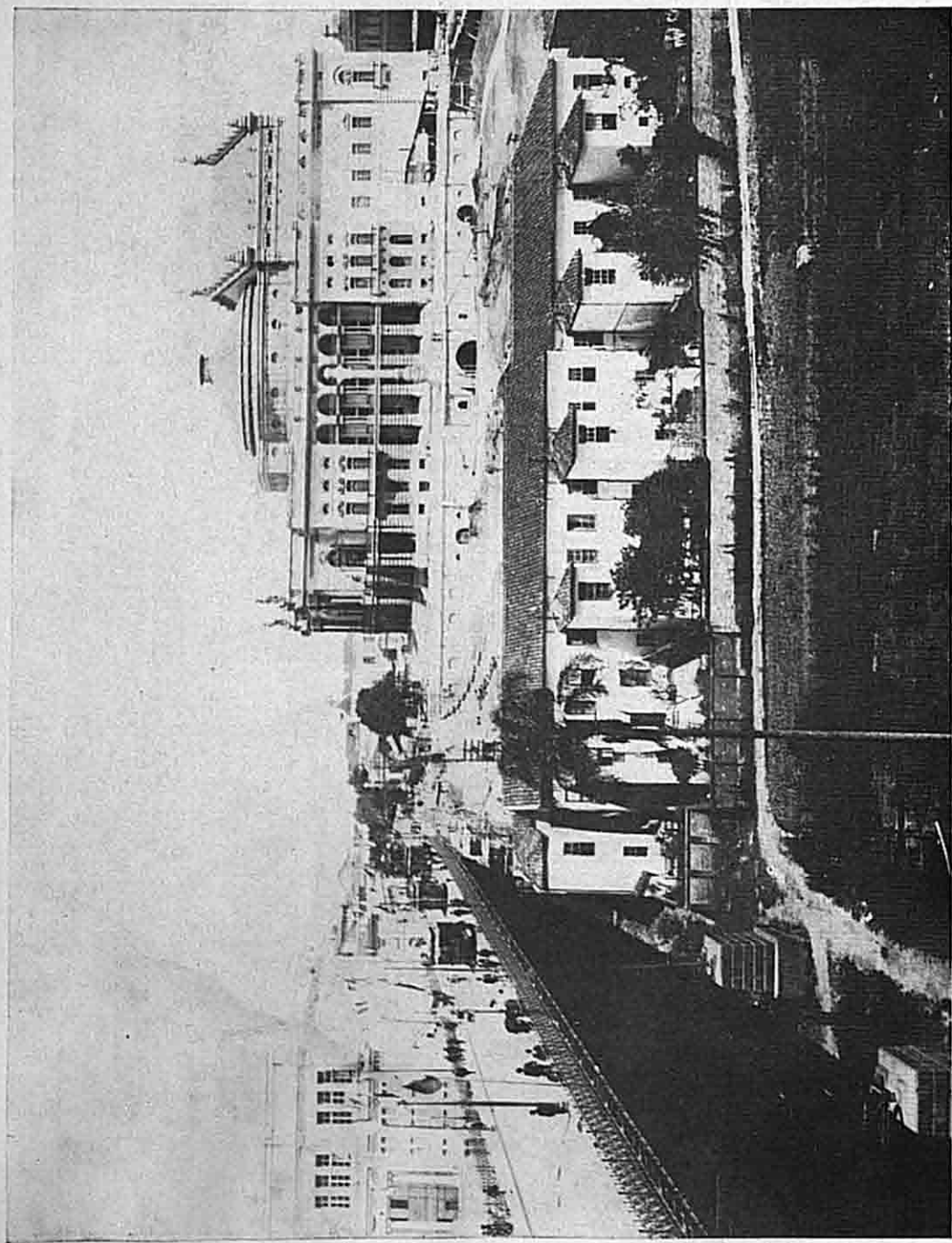
Pátio e Igreja do Colégio — Convento dos Jesuítas. Foto tirada em 1860.



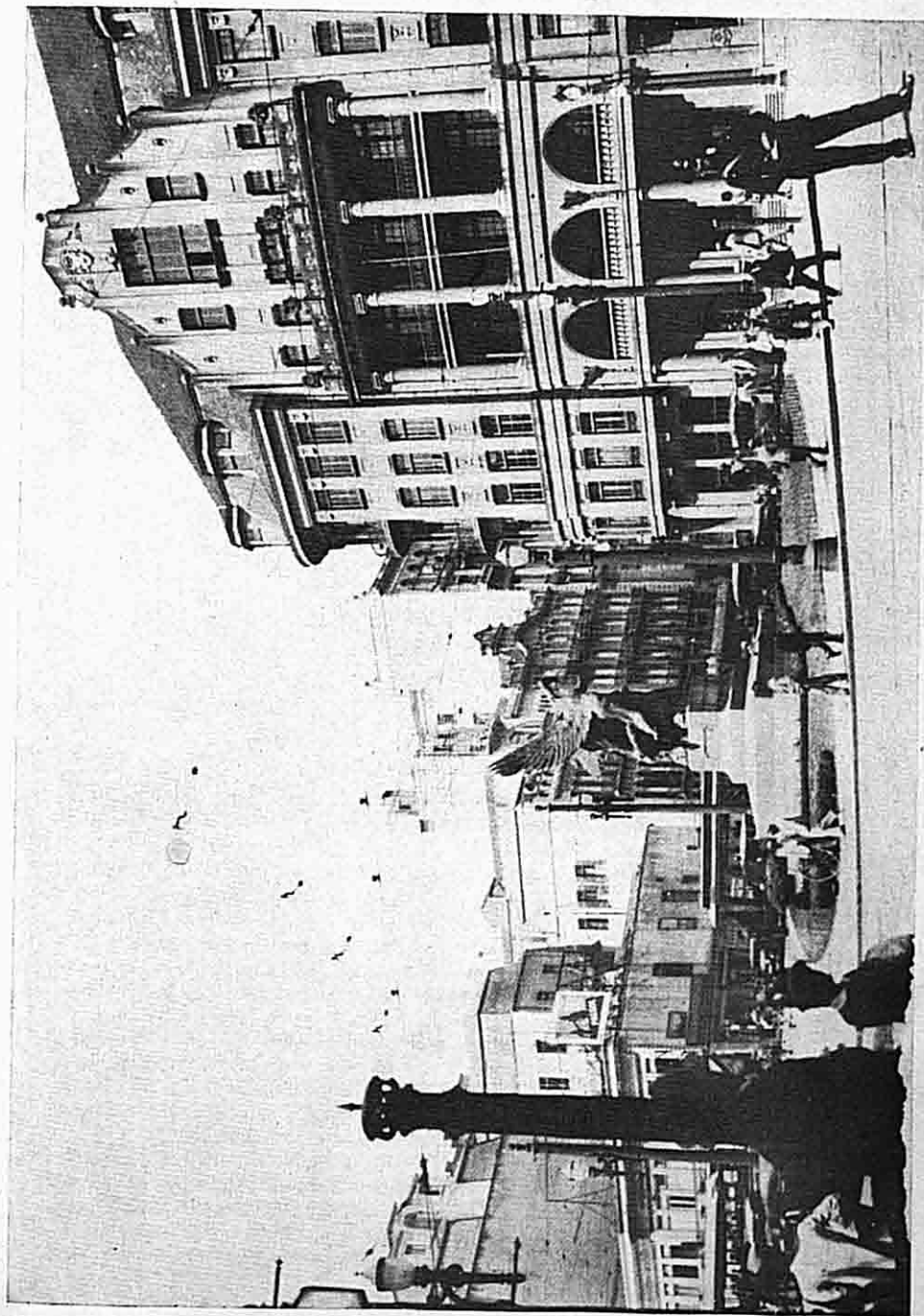
Incêndio no antigo Teatro São José (Praça João Mendes) — 1899.



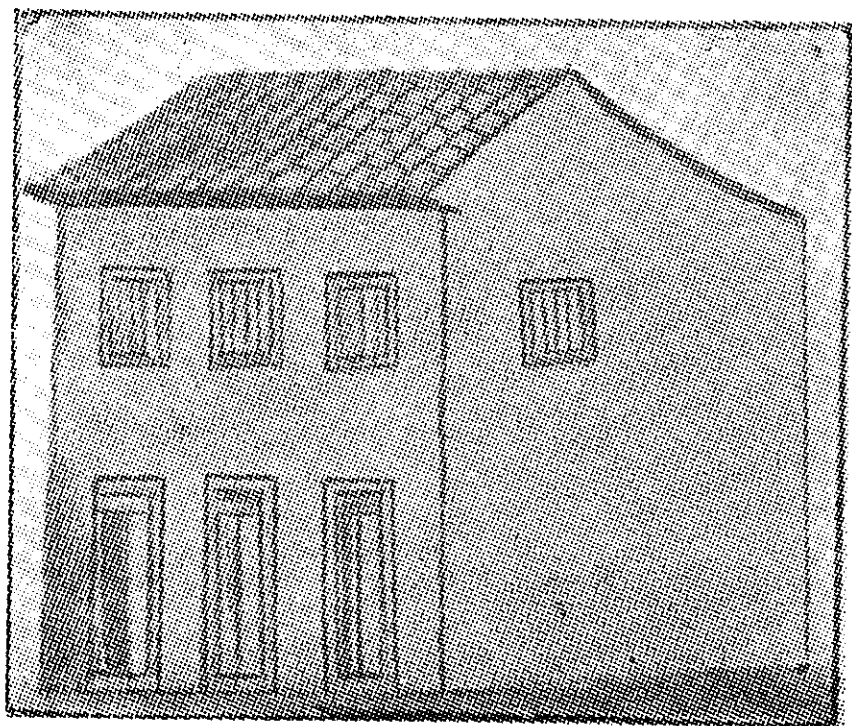
Antigo Palácio do Governo. Depois Secretaria da Educação do Estado. (Antes Colégio dos Jesuítas — Local onde São Paulo foi fundado). Foto de 1900.



Teatro Municipal — Viaduto do Chá — 1911. À esquerda, Teatro São José, onde hoje se encontra a sede da Light.



Delegacia Fiscal — antes foi casa de espetáculos. Demolida para completar as obras do Anhangabaú (1940/1948). Nesse lugar, que cruza com a Avenida São João, há uma passagem de nível construída em 1949/1950.



"Teatro da Ópera — (Desenho de reconstituição de Odette de Freitas). Teatro da Ópera, chamado nos últimos tempos de São Paulo. Era a segunda casa de espetáculos que havia existido na cidade e foi demolida em 1870; a primeira, também chamada da Ópera, datava do século XVIII e levantava-se à rua de São Bento. A terceira, se não quisermos levar em conta os teatrinhos do Carlos Rath e do Batuíra, foi o primitivo São José, que se ergueu no Pátio da Cadeia, anteriormente largo de São Gonçalo, em 1864. Neste, menos de modesto teatrinho é que o príncipe D. Pedro foi aclamado, na noite de 7 de setembro de 1822, 'primeiro rei brasileiro' por padre Ildefonso Xavier Ferreira. Localizava-se no Pátio do Colégio, onde está hoje o prédio da Caixa Econômica Estadual. Houve também um teatrinho do Colégio neste desaparecido casarão."

(Extraído de *Tradições e reminiscências paulistanas*, de Afonso A. de Freitas, São Paulo, 2.^a ed.)

Alcaide desta cidade notificar os autores da Casa da Ópera que estão fazendo na rua de São Bento para que sábado, que se contam cinco do mês de janeiro, apresentem a ordem que têm, régia, de sua majestade, para fazerem a dita ópera, tudo por requerimento do Procurador do Conselho, por não convir ao bem desta cidade ao fazer-se semelhante casa".

Na sessão seguinte, a Câmara novamente recebeu requerimento do encarniçado Procurador do Conselho, alegando que o teatro que se estava montando, "era prejudicial à república e grande ofensa a Deus que na dita casa de ópera se causa". E os Vereadores e o Juiz Presidente mandaram que a causa contra os empresários da ópera fôsse paga com o dinheiro público, "por ser a sua construção prejudicial à conservação dessa cidade".

Não guardam, as crônicas, notícia do que se teria resolvido, mas com certeza o casarão da rua de São Bento mudou de destino, pois ao que saiba não houve em São Paulo teatro algum especialmente montado e ativo até o fim do século XVIII, quando foi governador da Província o célebre Morgado de Mateus, a quem a história teatral paulista deve a sua primeira casa de espetáculos.

Pois foi D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, amigo pessoal do Marquês de Pombal, já na segunda metade do século XVIII, quem, num gesto de grandeza muito seu, resolveu criar em São Paulo, do qual era governador, o seu primeiro Teatro de Ópera, funcionando como um símbolo da sua proteção e do beneplácito pombalino, no próprio Palácio do Governo. Foi no andar térreo do palácio governamental, em pleno Pátio do Colégio, que o primeiro teatro paulista teve abrigo, como no mesmo lugar predestinado nascera, dois séculos antes, a própria cidade de São Paulo. Ali, nesse palco de pequenas dimensões, instalado precariamente no porão da casa do governo, tivemos durante alguns anos as primeiras representações que havia em São Paulo, por certo no gênero enfadonho e bajulatório daquela célebre sessão da Academia dos Felizes, que ficou nas Atas da história colonial paulista, realizada em 1791, quando governador D. Bernardo José de Lorena, Conde de Sarzedas.

Foi esse teatrinho de porão a semente do gosto pelo teatro que se desenvolveria entre nós, num arremêdo de teatro infantil que desenvolve o gosto de futuros atores. No mesmo Pátio do Colégio, anos depois, com outra mentalidade, instalou a nossa cidade o seu primeiro teatro regular, no local da antiga Casa da Fundição, que, para lembrança do primeiro sonho de São Paulo ter um teatro, mudou de nome para Casa da Ópera.

Descreve Nuto Sant'Ana esse teatro paulistano, simples de fachada, com três portas largas ao rés do chão e três janelas de sobrado. No átrio de entrada, duas escadas levavam ao camarote governamental e aos vinte e oito camarotes para as famílias, colocados em três ordens. Ao todo cabiam nesse teatro trezentas e cinquenta pessoas. Na platéia, onde só compareciam homens, havia bancos de madeira para sentar; mas os camarotes, vazios, não tinham assentos e as próprias famílias é que mandavam

levar, pelos escravos, as suas cadeiras nas noites de função. E contam as crônicas que certas famílias preferiam os camarotes de terceira ordem, porém amplos e escondidos, onde nos intervalos faziam a sua ceia, levada na hora, ainda quentinha, pelos pajens e pelas mucamas de estimação, que assistiam na sombra ao resto do espetáculo, para conduzirem de volta as cadeiras, quando a família regressava à casa.

Até 1870, funcionou a Casa da Ópera de São Paulo, nos últimos tempos com o nome de Teatro da Ópera, no mesmo local do Largo do Palácio, hoje Pátio do Colégio, no terreno onde depois foi construído um prédio público para a Secretaria da Fazenda, que dá fundos para a rua da Fundição, hoje Venceslau Brás. Pelas referências feitas, ficava a Casa da Ópera precisamente no terreno da Secretaria da Fazenda, onde se instalou posteriormente a Caixa Econômica Estadual.

Pela sua importância no panorama cultural da cidadezinha provinciana de então, não poderia a Casa da Ópera passar despercebida dos viajantes que nos visitaram e das suas descrições, como por exemplo a que fez Von Martius, que esteve em São Paulo em 1817, e no teatrinho paulistano assistiu a uma opereta francesa, "Le Déserteur", traduzida para o português. Na opinião de Von Martius nosso teatro era construído "em estilo moderno", e a opereta, evocativa da cena mitológica em que o carro de Téspis surgiu em Atenas pela primeira vez, foi representada com muita aceitação da platéia, que aplaudiu o elenco teatral, todo de gente mestiça, senão preta, principalmente o ator principal, barbeiro de profissão e mulato de tipo "que fez a platéia vibrar".

Em 1819, visitando São Paulo, Augusto de Saint-Hilaire, depois de jantar em palácio com o Governador, General João Carlos Augusto de Oyenneuse, futuro Marquês de Aracati, décimo e último Capitão General de São Paulo, foi também ao Teatro da Ópera. Era no dia de São Carlos e, portanto, festa onomástica da rainha Dona Carlota Joaquina, e por esse motivo o Governador oferecera lauto jantar, que Saint-Hilaire diz que transcorreu "com alegria, decência e os convidados demonstraram constantemente boa educação"... (Não percamos essa referência deliciosa.)

A descrição externa do teatro, feita por Saint-Hilaire, não condiz com a de outros cronistas, como Nuto Sant'Ana, por exemplo, que nos parece mais verdadeiro e que confirma a descrição de Von Martius. Para o naturalista francês, o teatro tinha um único andar, enquanto para os outros cronistas a casa de espetáculo de São Paulo tinha rés do chão e primeiro andar, o que combina melhor até com a descrição interna do teatro, feita pelo mesmo Saint-Hilaire. Com as ruas escuras de São Paulo, e depois de farto jantar regado com muito bons vinhos, é provável que o cientista francês não reparasse muito bem na parte externa do edifício e na circunstância de haver escadas internas conduzindo ao andar de cima.

Do exterior da Ópera de São Paulo, diz Augusto de Saint-Hilaire, que era uma casa estreita, sem qualquer ornamento, pintada de vermelho, com três janelas de postigos pretos, e que as casas particulares, ainda as menos importantes, tinham melhor aparência. O interior do teatro era extremamente pequeno. Atravessado o vestibulo estreito, penetrava-se nos camarotes e platéia. "A sala, elegante, com três ordens de camarotes, era iluminada por um belo lustre e por arandelas colocadas entre os camarotes; quanto às pinturas do teto, pano de boca e cenário, viam-se melhores nas casas particulares". O camarote do Governador ficava ao centro da segunda ordem, em frente do palco. Era estreito e fundo, e ali se entrava "por uma pequena e bonita sala, ornada de cadeiras em volta".

Na noite em que Saint-Hilaire foi ao teatro, a convite do Governador, representava-se *O Avaro*, de Molière e uma pequena farsa, sendo "os atôres todos operários, a maior parte mulatos, as atrizes mulheres públicas". Essa descrição coincide perfeitamente com a observação do naturalista Von Martius, dois anos antes, sobre o Teatro da Ópera de São Paulo e o elenco que ocupava o seu palco.

Desde a sua construção, a Casa da Ópera de São Paulo estava destinada, como os outros demais teatros coloniais da Bahia, de Ouro Preto, do Recife, de Sabará, às comemorações adulatoras dos reis portugueses e das autoridades que governavam nossas coisas. A festa comemorativa do nome da "pouco querida e famigerada rainha D. Carlota Joaquina, que Deus lhe fale nalma", assistida por Saint-Hilaire, é um exemplo dessa atividade congratulatória com os poderosos. E se a rainha fôsse mais querida e mais popular, naturalmente não seria o espetáculo restrito à representação de uma peça e uma farsa, mas teria tido recitativos encomiásticos, à maneira do tempo. Alguns anos antes, por exemplo, a Câmara de São Paulo pagara ao Capitão João Pereira, empresário da Casa da Ópera, o preço ajustado "para as duas óperas que essa Câmara mandou fazer em demonstração e contentamento do público pelas pazes da nossa Monarquia e a República Francesa".

NOITE HISTÓRICA NA CASA DA ÓPERA

Devia ter mais ou menos o mesmo aspecto descrito por Van Martius e Saint-Hilaire a Casa da Ópera de São Paulo, na noite histórica de 7 de setembro de 1822, quando ali compareceu e pela primeira vez foi proclamado Rei do Brasil, o Príncipe Regente Dom Pedro I.

José Jacinto Ribeiro, na sua *Cronologia Paulista*, conta o que foi essa noite memorável: "A cidade iluminou-se espontaneamente e o povo em tropel, unânime de alegria, percorreu as ruas manifestando o entusiasmo patriótico em vivas retumbantes à Independência e ao Príncipe Regente. A Companhia Dramática (a Companhia Zacchelli), então existente, improvisou

na noite desse dia um espetáculo para o fim de solenizar o glorioso acontecimento; o teatro era estreito para conter o povo que queria celebrar nessa noite, com o Príncipe Regente, a primeira festa da Independência".

Apenas se descerraram as cortinas do camarote governamental, que como sabemos ficava em frente ao palco, no centro do teatro, conta Spencer Vampré em sua *História da Academia de São Paulo*, "bradaram ao mesmo tempo o Alferes Thomás de Aquino e Castro e o Padre Ildefonso Xavier Ferreira — Independência ou Morte! Viva a Independência do Brasil!" Ildefonso ainda gritou por três vèzes: Viva o Rei do Brasil! tudo isso sob o delírio da multidão que literalmente enchia o teatro".

Esta noite ficaria na lembrança do nosso primeiro imperador, que muito tempo depois, em declaração histórica, afirmou que foi em São Paulo que êle pela primeira vez foi aclamado detentor da coroa brasileira. E lá estavam, no Teatro da Ópera, no mesmo Pátio do Colégio de Anchieta, berço de São Paulo, para padrinhos do batismo do Imperador D. Pedro I, homens da envergadura de Antônio Mariano de Azevedo Marques, José Inocêncio Alves Alvim, Pimenta Bueno e o nunca assaz louvado liberal paulista Padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, com o exuberante entusiasmo que fêz dêle uma das mais altas figuras do Primeiro Império ao lado da gloriosa irmandade dos Andradas.

Dai em diante, principalmente a partir de 1827, data da fundação da Faculdade de Direito de São Paulo, o Teatro da Ópera adquiriu nova vida, com a participação áacre e prestimosa dos estudantes que se tornaram os donos da cidade.

REPERTÓRIO DO TEATRO DA ÓPERA

Do repertório de peças representadas no Teatro da Ópera de São Paulo, desde a sua fundação em 1770, não restaram grandes notícias e apenas por conjecturas ou pelo relato de um ou outro espetáculo, como *Le Deserteur* assistido em 1817 por Von Martius, ou *O Avaro* assistido em 1819 por Saint-Hilaire, pode-se imaginar o que São Paulo viu no palco do seu único teatro regular desde o século XVIII. Sabe-se, por exemplo, que os empresários, advogado Antônio Manuel de Jesus Andrade, Major Francisco Jorge de Paula Ribeiro e Joaquim Freire, como conta o escritor Raimundo de Menezes em pitoresco trabalho publicado pela imprensa sôbre a História do Teatro em São Paulo, procuravam elaborar e exhibir programas variados e atraentes; mas apesar disso, em certo período, as peças eram sempre as mesmas: *D. José II* e *O Convidado de Pedra*, que subiam à cena em noites de gala e que talvez sejam aquelas mesmas duas óperas que a Câmara de São Paulo encomendou ao empresário João Pereira para comemorar as pazes de Portugal com a França, depois das guerras napoleônicas.

Em 1838, sabe-se que eram empresários da Casa da Ópera Constantino José Pereira & Cia.

Ernani da Silva Bruno, em bem fundamentado estudo sobre o papel dos estudantes de Direito a partir de 1827, conta de várias peças representadas no nosso Teatro da Ópera pelos estudantes. "Eram, de primeiro, composições como *O Filantropo*, *O Triunfo da Natureza* e porventura também *O Juiz de Paz na Roça*, *Manuel Mendes Enxúndia* e outras peças chocar-reiras da época, mas há notícia também da representação de *Os Salteadores da Francônia*, drama da escola antiga, como o classificou Almeida Nogueira, que ocasionou a prisão de trinta estudantes, tendo à frente Martim Francisco. Em 1846, sabe-se que o Teatro da Ópera levou à cena *A Máscara Negra*, em noite de gala, com a presença de S. M. o Imperador D. Pedro II, que visitava São Paulo pela primeira vez. Mais ou menos da mesma época é o drama de Martim Francisco, *Januária Garcia ou o Corta Orelhas*, ali representado com muito êxito em 1845, muito mais tarde levado em Piracicaba, onde teve como ponto o jovem Prudente de Moraes, depois um dos nossos Presidentes da República.

Em 1848, sabe-se do sucesso do drama histórico paulista em três atos, de Paulo Antônio do Vale, *Caetaninho ou o Tempo Colonial*, que é, na nossa literatura, um dos mais saborosos documentários da época. De 1961 é a representação do drama *Sangue Limpo*, em três atos, do poeta paulista Paulo Eiró, levado à cena em consagradora noite de gala.

O TEATRO DA ÓPERA E O MEIO ESTUDANTIL

Para se ver a influência do meio estudantil no ambiente teatral paulista na primeira metade do século XIX, basta verificar que no Teatro da Ópera, único teatro regular da cidade, os espetáculos só se realizavam às quartas-feiras (porque na quinta não havia aulas na Faculdade de Direito), sábados e vésperas de feriados, para não atrapalhar os estudos. E tão interessados eram os estudantes de São Paulo pelo teatro, que Pessanha Póvoa fundou na Faculdade o Instituto Dramático, por volta de 1860, sociedade destinada a desenvolver e propagar a educação teatral entre a mocidade. Dessa associação foi presidente o Dr. Ernesto Ferreira França, que em 1861 seria lente da Faculdade de Direito. De 1860 é também a publicação da *Revista Dramática*, redigida por Pessanha Póvoa, da qual foi colaborador Sizenando Nabuco, autor dos dramas *Otávio*, *O Cínico*, *A Mulher do Século*, *Olga*, *História de um Artista* e *túnica de Néssus*.

É dessa época também um episódio muito interessante para a história teatral de São Paulo. Temendo que os estudantes se apaixonassem demais pelo teatro em detrimento do Direito, o Governo Provincial de São Paulo baixara um aviso proibindo-os de pisarem como atôres no palco da cidade; e Sizenando Nabuco, irmão de Joaquim Nabuco, mas estudante boêmio e folgazão, resolveu iludir essa proibição indo representar com a sua trupe de jovens, em Santo Amaro, a cerca de vinte quilômetros de São Paulo.

E assim, como contam Spencer Vampré e Almeida Nogueira, puderam subir à cena *Miguel, o Taverneiro*, de Nabuco, a comédia *Tipos da Atualidade*, de França Júnior, e também *O Sapateiro Homeopata*, composição popular para ser recitada e cantada, portanto, uma comédia musical.

É evidente que os estudantes não podiam deixar de pregar alguma peça com essas representações. Os anúncios afixados nas esquinas em grandes folhas coloridas, davam como tomando parte no espetáculo os artistas mais notáveis e queridos da platéia paulistana, como Furtado Coelho, Joaquim Augusto, João Elói, Vasques, Eugenia Câmara, Júlia Azevedo. É claro que êsses artistas não compareceram, nem iam comparecer, mas foram substituídos com muito chiste e curiosidade por Sizenando Nabuco, Luiz Ernesto Xavier, Ferreira Alves, Rodrigo Pereira Leite, Venâncio Costa, Frederico de Avelar Brotero e outros, naturalmente aparecendo alguns nos papéis femininos, de cabeleira postiça e saia balão, o que não deixa de ter muita graça para quem os conheceu ou dêles soube depois, austeros e sisudos juizes, advogados e chefes de família, em São Paulo, de sobrecasaca solene e cara carrancuda.

POSTURAS TEATRAIS

O Aviso de 1860 do Governo Provincial de São Paulo, proibindo aos estudantes de Direito representarem no teatro oficial, não era propriamente um ato intempestivo do governo contra a mocidade. Desde muito tempo interessavam-se os governantes pela boa ordem no meio teatral, baixando avisos e posturas sôbre o assunto. É de 1830 a postura que regulava o preço da taxa para espetáculos públicos, como cavalladas, óperas, volantins, bonecos e fogos de artifício: "Na cidade, por óperas, farsas e eremezes 15\$000 réis, por volantins e bonecos 7\$000 réis, por fogos de artifício ou outros quaisquer espetáculos públicos, 6\$000 réis, incluídos nestes as cavalladas e touradas, que se realizavam no *Campo dos Curros*, hoje Praça da República. E esclarecia a postura: "Cada uma destas quantias será paga por cada vez que se der ou repetir os ditos espetáculos, sendo êles grátis para os espectadores, mas se o não forem será dobrada a quantia que nas freguesias será a têrça parte". "As licenças eram gratuitas nas festas nacionais e os contraventores eram multados em dôbro do que deveria contribuir".

Para coibir vaias e pateadas, pois os pobres artistas quando entravam em cena tinham as vísceras em tremuras, na pitoresca expressão de certo cronista da época, foi baixada severa portaria do Governo Provincial, data de 8 de agosto de 1850. "Não se justificavam usos tradicionais de tropelias e vaias", dizia a Portaria, e a data de 11 de agosto, tão próxima do 11, talvez indique a que platéia eram as proibições dirigidas... Ninguém dentro do teatro, conta Nuto Sant'Ana, "poderia dirigir em voz alta palavras e gritos a quem quer que fôsse, excesso aos atôres as de 'caput', *bravo*

ou 'fora'. Os infratores eram multados entre 6\$000 réis e 10\$000 réis além de dois a seis dias de xadrez, sem prejuízo das penas impostas no artigo 7 da lei de 20 de outubro de 1831, contra os que promovessem motim, assuada ou tumulto".

Pois até o aspecto da assistência, o regulamento teatral determinava e o espectador não podia apresentar-se descuidado, em trajes de trabalho, "com sapatos sujos, rotos, ou sem eles". "Que se abotoasse, que se compusesse, que se penteasse, fizesse a barba, envergasse a melhor fatiota".

Na plátéia, ou à frente dos camarotes, homem nenhum podia sentar-se ou aparecer, sem estar de casaca, sobre-casaca ou fardado, sob pena de multa de 6\$000 réis, seis dias de cadeia e 30 dias de prisão na reincidência.

Como se vê, severas eram as posturas teatrais ao tempo do Teatro da Ópera de São Paulo.

ÚLTIMOS TEMPOS DA ÓPERA

Desde 1852, quando a Casa da Ópera foi condenada por estar ameaçando ruir e começou a idéia da construção do novo teatro de São Paulo, que se chamaria São José, a velha casa de espetáculos do Largo do Palácio começou a entrar mesmo em decadência, tendo a animá-la apenas a verve dos estudantes de Direito que naquele teatro viveram noites famosas.

Foi nesse período que se fundou em São Paulo a Empresa Dramática Macedo & Henrique, dirigida pelos atôres José Joaquim de Macedo e Henrique José da Costa, que figurariam depois, em 1865, na Companhia Dramática de Antônio Bernardo Quartim, concessionário do Teatro São José. Ao que se conta, todos os artistas da Empresa Macedo & Henrique eram portugueses, menos a atriz Minervina Gonçalves, que era brasileira e ao que pensamos, paulista do interior, pois o seu nome consta das crônicas sempre como Minelvina, com o *r* trocado para *l*, no costumeiro lambdalismo de certas velhas cidades paulistas. Pelo fato de ser brasileira, ou por ter outros encantos, Minelvina era muito querida pelos estudantes, que a aplaudiam calorosamente, e de uma feita, numa das representações do Teatro da Ópera, sabendo que a empresa dramática pagava muito mal à atriz preferida, promoveram tal algazarra no teatro que os empresários tiveram de aparecer em cena aberta e prometer pagar à Minelvina o dobro do seu salário.

Foi no Teatro da Ópera que em 2 de dezembro de 1861 comemorou-se o 36.º aniversário de S. M. Imperial D. Pedro II, levando-se à cena o drama *Sangue Limpo*, em três atos, do poeta paulista Paulo Eiró.

Mas os dias do histórico Teatro da Ópera de São Paulo estavam contados, e o camartelo do progresso já resolvera não deixar pedra sobre pedra

da velha casa de espetáculos, cujo telhado ameaçava ruir a qualquer hora. E assim se arrastou até 1870 a vida do velho teatro, como a de um ancião que aos poucos vai-se apagando, vivendo frouxamente de lembranças, com alguns momentos lúcidos, mas descendo inexoravelmente os degraus que o levarão à morte.

OUTRAS CASAS DE ESPETÁCULOS

Além do Teatro da Ópera, que como dissemos era o único teatro regular de São Paulo, funcionavam outras salas de espetáculos, esporádicas e em diversos pontos da cidade, em casas particulares ou à maneira de circos improvisados nos galpões e nos terrenos baldios. Mas havia algumas salas teatrais que por um motivo ou por outro adquiriam certa fama, como o *Teatro do Batuíra*, que existiu na rua da Cruz Preta, hoje Quintino Bocaiuva, no trecho compreendido entre as ruas da Freira (Senador Feijó) e do Jôgo da Bola (Benjamin Constant), lado ímpar.

O Batuíra, que deu nome ao seu teatrinho, onde cabiam no máximo duzentas pessoas na platéia e nas tribunas colocadas numa única ordem, era famoso curandeiro e depois seria chefe de uma tenda espírita. Na ocasião, cêrca de 1863, tinha a mania do teatro, onde êle mesmo se exhibia em recitativos e cantos ou pelo menos se exhibia fazendo a abertura do espetáculo, tendo como assistência a fina flor da estudantada, entre os quais Juca Paranhos, que seria mais tarde o Barão do Rio Branco. Tantos aplausos, tantos discursos e versos de improviso dirigiam os moços ao Batuíra, quando êste aparecia no palco, que era preciso, como muita vez aconteceu, que o homenageado pedisse silêncio para poder começar o espetáculo. A única peça de que se guardou o nome, representada no Teatro do Batuíra, foi *O Rabecão*, mencionada por Spencer Vampré na sua *História da Academia de São Paulo*.

Do mesmo tempo é o episódio do *Signor Bertolucci*, um italiano que apareceu em São Paulo com uma companhia de ratos ensinados, que praticavam verdadeiras maravilhas. Na noite de 11 de agosto, durante o espetáculo dos ratinhos sábios, um estudante levou para o teatro, que era no Largo do Piques, um gato marisco, voraz e belicoso, e no melhor da história soltou o bichano sobre a trupe de camondongos artistas. Num minuto ficaram no palco doze ratos mortos, enquanto os outros fugiam (eram mais de oitenta) entre as pernas dos espectadores. Barulhão da estudantada, desmaios das senhoras, saias-balão levantadas à cabeça, e o pobre *Signor Bertolucci* ficou sem os seus ratinhos ensinados. Mas os estudantes fizeram na hora uma subscrição e deram ao desditoso empresário com que "comprar todos os ratos das cinco partes do mundo", como conta Luiz Guimarães Júnior no seu *Perfil de Carlos Gomes*.

DEMOLIÇÃO DO TEATRO DA ÓPERA

Foi em 1852 que o governo de São Paulo, dono do Teatro da Ópera do Largo do Palácio, tomou conhecimento oficial do mau estado em que se achava a tradicional casa de espetáculos. Ao abrir a sessão da Assembléia Provincial, no dia 1.º de maio de 1852, o Conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo disse em seu discurso da impossibilidade de se restaurar o velho Teatro da Ópera, que se achava "em péssimo estado, que o consêrto do teto, para evitar o desabamento, fôra orçado em cinco contos de réis, mas podia ir além". A solução seria concedê-lo de graça a alguém, um empresário que o consertasse à sua custa, enquanto se edificava outro teatro cujo plano de construção fôra entregue à competência do major Henrique de Beaurepaire Rohan. Esse teatro deveria ter sessenta camarotes em três ordens, platéia para quatrocentas pessoas, sala de baile, sendo a sala de baile considerada essencial pelo governo da Província. A obra era orçada em 100:000\$000 (cem contos de réis), incluídos ornatos, mobílias e naturalmente o pano de boca e o telão.

Lentamente se processou a construção do novo teatro, escolhendo-se primeiramente, para sua localização, o Largo de São Francisco, no local onde hoje está a Escola Álvares Penteado. Mas havia dificuldades de ordem pessoal para que os proprietários da casa que ali se erguia cedessem o terreno ao teatro. Assim é que se escolheu então o Largo de São Gonçalo, atual Praça João Mendes, desapropriando-se os terrenos necessários, na esquina da rua do Imperador, e entregando-se a construção ao empresário Antônio Bernardo Quartim. Foi em 9 de abril de 1858 que se lançou a pedra fundamental do novo teatro, com a presença do Presidente da Província e das pessoas de maior categoria da cidade. A esse teatro, que seria inaugurado em 1864, reinaugurado em 1876 e só em 1877 definitivamente acabado, deu-se o nome de Teatro São José.

Enquanto isso, o Teatro da Ópera vivia os seus últimos anos, cada vez mais decadente, até que em 1870, sendo presidente da Província o Dr. Antônio Cândido da Rocha, foi contratada a demolição da velha casa de espetáculos que tivera a glória de aclamar o Primeiro Imperador do Brasil no próprio dia da Independência. Para essa demolição contrataram-se os serviços de Antônio dos Santos Chumbinho, ator cômico profissional, que por longo tempo arrastou o seu compromisso, alegando inclusive que não podia acabar a demolição do prédio no prazo marcado porque os trabalhadores todos tinham ido assistir à festa de São Bom Jesus de Pirapora, pondo assim a devoção antes da obrigação.

O TEATRO SÃO JOSÉ

O novo teatro, cuja construção começou a ser cogitada em 1852, o Teatro São José, do Largo São Gonçalo esquina da rua do Imperador, ficava

no terreno onde hoje são os fundos da Catedral de São Paulo. O nome do teatro foi escolhido em homenagem aos três presidentes da Província que mais se interessaram pela sua edificação, — José Joaquim Fernandes Tórres, José Antônio Saraiva e José Tomás Nabuco de Araújo.

Lançada solenemente a pedra fundamental do teatro em 9 de abril de 1858, foi entregue a construção a Antônio Bernardo Quartim, que só seis anos depois entregou o prédio em estado de ser usado para espetáculos, isto é, no estado de barracão, sem acabamentos e sem luxo. Assim, foi o Teatro São José inaugurado provisoriamente no dia 4 de setembro de 1864, com a representação do drama *A túnica de Nessus*, de Sizenando Nabuco, havendo espetáculos até o dia 10, com a apresentação ainda das peças *O Borboletismo* e *Por Direito de Conquista*.

Em 1865 organizou-se em São Paulo uma Companhia Dramática, como conta Eugênio Egas, para representar no Teatro São José, sendo empresários Antônio Bernardo Quartim (o mesmo que construiu o prédio), e o ator Joaquim Augusto Ribeiro de Sousa, considerado émulo de João Caetano. No elenco dessa companhia figuravam as atrizes Maria Velutti, Julia Carlota, Minervina Gonçalves, Benedita Santos, Maria Lima, Balbina Montani, Filadelfa Louro e os atôres Joaquim Augusto Filho, Henrique Costa (célebre pelas declamações), João Eloi Quesedo, José Vitorino da Silva Azevedo, Francisco Gonçalves, Antônio Corrêa Vasques, Paulo Petit, Augusto Montani e Luís Paulino. Há curiosas referências de Alberto de Sousa a essa companhia e ao seu repertório dramático: "O punhal, o veneno, o trabuco, o incêndio e outros agentes mortíferos incumbiam-se de eliminar do palco cênico, um a um, os diversos personagens envolvidos na grande catástrofe elaborada pelo gênio do dramaturgo". E para provar a assertiva, conta Raimundo de Menezes, exemplificava com os dramalhões *A Família Morel*, em cinco atos (extraída do romance *Os Mistérios de Paris*), *O Sonho ou O Terrível Fim do Usurpador*, *A Última Assembléia dos Condes Livres* e *O Triunfo de Cecília ou O Esmalte de Roma*.

Somente em 1877, como se vê do relatório do Presidente da Província, Dr. Sebastião José Pereira, foi o Teatro São José definitivamente acabado, com luxo e conforto, sem embargo de ter sido reinaugurado em 1876.

AS INAUGURAÇÕES DO TEATRO SÃO JOSÉ

Pouca gente sabe dos detalhes da construção do Teatro São José, que teve vida tumultuada, com várias datas de inauguração, todas exatas, e notícias de espetáculos muito anteriores à sua inauguração oficial. Começado a construir em 1858, inaugurado provisoriamente em 1864, só em 1876, a 11 de março, foi o teatro definitivamente inaugurado, com a representação da *Lúcia de Lemermoor* pela Companhia Lírica Italiana, dirigida por Mirandola. Cantaram a ópera o soprano A. Cortesi, o tenor L. Lelmi, e os cantores Spalazzi, Silvestroni e Trivero. Os preços para o espetáculo

foram: Camarote de 1.^a e 2.^a Ordem, 12\$000 réis; camarote de 3.^a, 8\$000 réis; cadeiras, 3\$000 réis; platéia, 2\$000 réis; galeria e entrada avulsa, 2\$000 réis.

No dia seguinte, o jornal *A Província de São Paulo* dava a notícia da inauguração: "O teatro é uma verdadeira ressurreição. É um verdadeiro céu aberto em referência ao intolerável barracão que dantes foi..." "Ao certo se pode dizer que o São José já não é aquela irrisória e inqualificável mole de tijolos, que só serviça para envergonhar. Já é um bom teatro e melhor ficará quando se completarem as obras que ainda continuam". Pelo fim dessa notícia, verifica-se que mesmo em 1876 não ficou completamente terminada a construção do teatro.

Para não haver dúvidas sobre a seriedade dos negócios, desde a primeira idéia da construção do Teatro São José até a sua encampação pelo Governo Provincial, foram lavradas atas as mais circunstanciadas assinadas por alguns dos nomes mais conspícuos de São Paulo, atas em que se entrava em todos os detalhes, por mínimos que fôssem. Até o fornecimento de cartuchos de pólvora seca usados para as três descargas de fusil por ocasião do lançamento solene da pedra fundamental do teatro, em 7 de abril de 1858, ficou registrado, com o competente requerimento do empresário Antônio Bernardo Quartim e o consentimento expresso do Presidente Fernandes Tórres.

Sobre a história da construção e da inauguração do Teatro São José o historiador Eugênio Egas deixou circunstanciado trabalho publicado em velho número da *Revista da Academia Paulista de Letras*. A leitura dessa documentação constitui um exemplo para as atuais construções públicas, exemplo de patriotismo, de honradez e de amor à cultura dos nossos antigos homens de estado.

OS TEMPOS AUREOS

Contam as crônicas desse teatro dos espetáculos de maior suceso, guardando os nomes dos prestigítadores Herman e Conde Patrizio, e de vários atores e atrizes que ali representaram e aos quais nos referimos mais atrás, fazendo parte do elenco organizado pelo empresário Quartim e pelo ator Joaquim Augusto Ribeiro de Sousa, que diziam rival de João Caetano. Desse elenco ao que se sabe o ator Francisco Gonçalves, marido da célebre Minelvina, era gago e sobre a sua gagueira corre até uma anedota meio asneirenta. Mas sabe-se também que desse mesmo Gonçalves manteve pela imprensa uma polêmica com o ator Furtado Coelho sobre a arte dramática, tendo Furtado lançado ao marido da Minelvina os epítetos de "insípido como uma garrafa vazia", "Estúpido como cabo de faca", "Nulo como um cão na estrada de Santos", xingos que não nos parecem hoje tão insultuosos como gozados e originais.

Furtado Coelho e Eugênia Câmara, a bela atriz amante de Castro Alves, ali tiveram, no Teatro São José, grandes consagrações públicas, de que não estava ausente a fama da atriz, bela e talentosa, escandalosa amante de um dos ídolos da mocidade. Das peças representadas por Eugênia, no Teatro São José, tiveram grande êxito *O Moço Pobre*, de Feuillet, *Dalila*, *A Moça Rica*, *Pedro Sem Mais Nada* e *Meia Hora de Cinismo*, do acadêmico França Júnior, com música de Mário Trindade, em que Eugênia Câmara fazia papel masculino, o do calouro Trindade. Foi na noite da representação dessa peça, em junho de 1868, que Castro Alves recitou de um dos camarotes do teatro a sua célebre *Canção do Boêmio*, oferecida à amante que já lhe queria fugir.

O ambiente da assistência teatral do São José continuava a ser dominado pelos estudantes, como fôra no Teatro da Ópera em seus tempos de maior prestígio. No início do espetáculo não passava o São José sem o Hino Acadêmico e a Polka Borroul, que os estudantes adoravam, esta para cantar em estribilho o Oh!... Oh!... Oh!... Oh!... Oh!

Em junho de 1886 o Teatro São José viu o grande triunfo de Sara Bernhardt, quando pela primeira vez veio a São Paulo, interpretando *Fedora*, de Victorien Sardou. E, depois do espetáculo, a mocidade, entusiasmada pela atriz genial, substituiu os cavalos da sua carruagem e forrou, com os seus paletós e as suas capas, as ruas em que ela pisava.

ÚLTIMOS TEMPOS DO SÃO JOSÉ

Se o velho Teatro da Ópera, do Largo do Palácio, foi o cenário da primeira festa da Independência do Brasil, na própria noite de 7 de setembro de 1822, e da primeira aclamação do Imperador D. Pedro I que ali compareceu para receber a delirante homenagem da multidão, foi o Teatro São José o palco, em São Paulo, da primeira reunião de todas as classes sociais paulistas para a solene aceitação da República, na tarde de 18 de novembro de 1889 e para a promessa de decidido e leal apoio ao Governo Provisório. Promoveram essa reunião os velhos paulistas Antônio da Silva Prado e Antônio de Sousa Queirós.

Nos primeiros anos da República, com as pregações positivistas e as naturais dificuldades duma mudança de regime político e de adaptação social de um país que acabava de abolir a escravidão, não foi brilhante nem variado o movimento teatral em São Paulo. Alguns grandes nomes repon-tam, principalmente estrangeiros, de artistas exibindo-se nos palcos do Teatro São José e do Teatro Provisório, este inaugurado em 1873. Consagradas companhias líricas nos visitaram então, encontrando em São Paulo, onde o elemento imigratório italiano mais se desenvolvia, franca e decidida aceitação, para o que concorria também na moda universal de fins do século XIX, de se aplaudir a Ópera Italiana.

Com o seu embelezamento de 1877 manteve-se o Teatro São José em bom estado de conservação, no seu ambiente pesado de veludos à maneira de fins do século. Foi então que uma triste ocorrência o eliminou de súbito da vida paulistana. Na noite de 11 de fevereiro de 1898 ali representara a peça *Há caça... e caça*, a companhia do Teatro Apolo do Rio de Janeiro, sob a direção geral de Moreira Sampaio. Na noite de 13, o Grupo Dramático Amador "Gil Vicente" representou no mesmo palco *A Morgadinha do Val Flor*. No dia 14, véspera do carnaval, o teatro permaneceu fechado. E na madrugada de 15, sem que se saiba como principiou o incêndio, o Teatro São José ardeu inteiro, diante da população contristada, inclusive do Presidente em exercício Peixoto Gomide, sem que ninguém pudesse apagar a imensa fogueira formada pelos panejamentos das cortinas e reposteiros e pela madeira ressequida que abrigara quarenta anos de glórias teatrais.

O TEATRO PROVISÓRIO

Em 1864, época em que foi entregue para ser utilizado em representações, apesar de inacabado, O Teatro São José, ficou provado o prejuízo que teve com a sua construção o empresário Antônio Bernardo Quartim. Pelo cálculos para os estudos da construção do teatro, feitos pelo major Henrique de Beaurepaire Rohan, a obra deveria custar cem contos de réis, mas o fato é que custou bem mais que o dobro, tanto que o governo da Província, na década de 1870, resolveu encampar a construção para terminá-la, pagando a Antônio Bernardo Quartim quarenta e tantos contos que lhe ficara devendo.

Até então o Teatro São José, apesar de ter abrigado artistas famosos e noites gloriosas de arte e talento, não passava de um barracão mal acabado e sujo. Em 1877, ao tempo do Presidente Sebastião Pereira, foi o teatro completamente remodelado, mas em 1876 quando foi solenemente reinaugurado, já era um teatro decente e foi elogiado pela crítica e pela imprensa.

Antes disso, aflitos com o mau estado do São José, estando já demolido o Teatro da Ópera, os artistas de São Paulo resolveram, em 1873, edificar outro teatro, que se chamou *Teatro Provisório Paulistano*, "Provisório" naturalmente para significar que se esperava o definitivo São José. Ficava na hoje rua da Boa Vista e foi ideado pelo ator Joaquim Augusto Ribeiro de Sousa Filho. Abriu-se o Teatro Provisório Paulistano em 23 de agosto de 1873, com o drama *A Calúnia*, em quatro atos, especialmente escrito na ocasião pelo poeta Carlos Ferreira e pelo Professor José Felizardo Júnior. Desempenharam os principais papéis nessa peça os atores Dias Braga, Joaquim Augusto, Simões (pai de Lucinda Simões), Vasques, Júlia Carlota e Maria Cordal. O espetáculo, como conta Eugênio Egas em muito inte-

ressante informativo trabalho sobre o teatro antigo, começou com a recitação da poesia "A Arte", de Carlos Ferreira, pela atriz Rosita Muniz, que segundo o noticiário "declamava muito bem".

Depois de *A Calúnia*, representou-se no Provisório Paulistano *A República dos Pobres*, que devia ser um musical, com a colaboração do Coral Germânia sob a direção do maestro Gabriel Giraudon.

O Teatro Provisório foi adquirido pelo Conde Álvares Penteado em fins do século XIX e demolido para em seu lugar edificar-se o Teatro Sant'Ana, inaugurado em 6 de maio de 1900 com o drama *Helena*, de Pinheiro Chagas. Em 1912 foi esse Teatro Sant'Ana também demolido por ordem do progresso, para dar passagem ao Viaduto Boa Vista.

Esta é a história dos primeiros teatros paulistanos.

